



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

EDITAL**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA****AMPLA CONCORRÊNCIA****SEI Nº 0002547-92.2026.6.13.8000****PREGÃO ELETRÔNICO: 90056/2026****DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 08/07/2026 às 14h (horário de Brasília)****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global****MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado****VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$581.700,24 (quinhentos e oitenta e um mil, setecentos reais e vinte e quatro centavos)******Valor da diária R\$267,08**

Torna-se público que a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, UASG 070014, com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.940.740/0001-21, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de **locação de veículos automotivos** para o período Eleitoral de 2026, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
 - 2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte e equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
 - 2.2.2. Para fins deste Edital, consideram-se como equiparadas às microempresas e empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais – MEI, conforme art. 18-E, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.
- 2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação na fase correspondente no momento da habilitação.
- 2.7. **Não poderão disputar esta licitação:**
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.7.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão TCU - Plenário nº 2426/2020;
 - 2.7.7. agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 2.8. O impedimento de que trata o subitem 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A vedação de que trata o subitem 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o prego, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos legais, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [arts 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 3.6. A falsidade da declaração de que tratam os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. **Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo**, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo mesmo no sistema.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma dos subitens 3.10 e 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário (diária) e total dos serviços, tendo em vista período de prestação de serviços de **até 82 (oitenta e dois) dias** (caso haja segundo turno das eleições);
- 4.1.2. Descrição da prestação dos serviços, contendo as informações de acordo com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 4.10. O descumprimento das regras contidas neste título, por parte dos licitantes, poderá ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#), e pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio Compras.gov.br.**
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Encerrada a etapa de lance, será efetivada, de forma automática, junto à Receita Federal, a verificação do porte das entidades empresariais participantes do processo licitatório. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para **desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3. Caso a melhor classificada, nos termos do subitem anterior, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), observadas as disposições do Decreto nº 11.430/2023 e Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382 de 17 de setembro de 2025, com relação às ações de equidade de gênero e ainda as disposições do Decreto nº 12.304/2024 e Portaria Normativa SE/CGU nº 226 de 9 de setembro de 2025, com relação ao desenvolvimento de programa de integridade.
- 5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.21.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta reformulada assinada**, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.gov.br/compras/pt-br.
- 5.21.5. A proposta reformulada deverá conter as informações abaixo:
- razão social do proponente, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do celular do representante, e-mail, número da conta bancária, número e nome da agência e do respectivo banco;
 - especificação do(s) serviço(s) ofertado(s), incluindo todas as suas características ;
 - os prazos exigidos no Termo de Referência;

- d. valores unitários (valor da diária) e total dos serviços, em algarismos e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência;
- e. prazo de validade da proposta, nos termos do subitem 4.8.

Parágrafo primeiro: A proposta que omitir os prazos mencionados acima não será desclassificada, mas considerada de acordo com os mesmos.

Parágrafo segundo: É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido no subitem 5.21.4, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21.6. O licitante melhor classificado, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e equiparadas, deverá encaminhar, juntamente com a proposta reformulada, declaração de observância do limite disposto no § 2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.22. O licitante deverá atentar para que, no momento da aceitação da proposta, caso o(s) valor(es) unitário(s) que originou(aram) o preço total proposto contenha(m) mais de duas casas após a vírgula, AS CASAS DECIMAIS EXCEDENTES SERÃO DESCONSIDERADAS PELO(A) PREGOEIRO(A), AINDA QUE SEJA REDUZIDO O PREÇO TOTAL DO ITEM, sendo esta alteração considerada uma negociação.

5.23. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de julgamento da proposta.

5.24. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7710998594823:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, em obediência ao [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs e equiparadas, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.2.1 e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. São indícios de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprovem:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 6.9. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Habilitação jurídica:

- 7.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- 7.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 7.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;
- 7.3.2. Certidão Negativa de Falência-expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 7.3.3. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 7.3.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

- 7.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 7.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.).
- 7.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos acima poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo prestador de serviços.
- 7.3.8. Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;

II - Balanço Patrimonial "Escrituração Contábil Digital – ECD", nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.003/2021;

III - Demonstrativo de Resultado do Exercício.

7.3.9. As microempresas, empresas de pequeno porte, e equiparadas, bem como os Microempreendedores Individuais - MEI, conforme Acórdão TCU nº 133/2022 - Plenário, estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

7.4. **Qualificação Técnica**

7.4.1. Um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado, constando endereço de localização para permitir diligência, comprovando que já executou, de forma satisfatória, serviços da mesma natureza do objeto a ser contratado equivalente a 50% do total solicitado, o que corresponde a aproximadamente 15 (quinze) veículos.

- I. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- II. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- III. A título de diligência, poderá ser requerida a apresentação dos contratos que originaram os atestados bem como quaisquer informações necessárias a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.5. No caso da participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.7. Os documentos apresentados pelos licitantes poderão, se necessário, ser apresentados por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.14. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.15. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).**

7.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.17. As microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição em sua comprovação da **regularidade fiscal ou trabalhista**, quando classificada em primeiro lugar, terá prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do(a) Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.18. A critério do(a) Pregoeiro(a) e desde que tenha sido requerido pela licitante, o prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período.

7.19. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.20. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a), para:

7.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.20.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Parágrafo Único: O(a) pregoeiro(a) poderá, em sede de diligência, solicitar a inclusão de documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta e não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha.

7.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.15.1.

7.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. Qualquer licitante poderá, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando, findo o prazo, a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

8.2. A apresentação das razões pela recorrente será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.3. A apresentação de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.4. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no §1º, inciso II do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

8.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com a Seção de licitações - SELIC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

9.1.1. deixar de encaminhar a documentação solicitada pelo Pregoeiro, exigida no instrumento convocatório, no prazo nele fixado;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. deixar de encaminhar a proposta reformulada solicitada pelo Pregoeiro, no prazo fixado no instrumento convocatório;

9.1.2.2. solicitar a desclassificação da proposta.

9.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou documento equivalente ou, ainda, não entregar a documentação exigida para a contratação no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da solicitação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa em qualquer etapa do processo de contratação.

9.1.5. fraudar a licitação.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. multa;

9.2.2. impedimento de licitar e contratar e

9.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.3.6. O custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do contrato, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para a infração prevista no subitem 9.1.1 a multa será de 0,5% a 1% do valor estimado do contrato;
 - 9.4.2. Para a infração prevista no subitem 9.1.2 a multa será de 0,5% a 2,0% do valor estimado do contrato;
 - 9.4.3. Para a infração prevista no subitem 9.1.3 a multa será de 10% do valor estimado do contrato;
 - 9.4.4. Para a infração prevista no subitem 9.1.4 a multa será de 15% do valor estimado do contrato;
 - 9.4.5. Para a infração prevista no subitem 9.1.5 a multa será de 20% do valor estimado do contrato;
 - 9.4.6. Para a infração prevista no subitem 9.1.6 a multa será de 20% do valor estimado do contrato;
 - 9.4.7. Para a infração prevista no subitem 9.1.7 a multa será de 20% do valor estimado do contrato;
 - 9.4.8. Para a infração prevista no subitem 9.1.8 a multa será de 10% do valor estimado do contrato.
- 9.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do TREMG, caso prevista, nos termos do [§5º do art. 90 da Lei 14.133/2021](#).
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.15. Serão observadas, ainda, as penalidades descritas na Cláusula Doze do Contrato.
- 9.16. O valor da multa poderá ser descontado dos créditos do licitante ou contratado porventura existentes em razão de quaisquer contratos firmados, ou da garantia depositada, caso prevista, após regular procedimento administrativo, podendo haver a retenção cautelar até o limite do valor da multa abstratamente cominada.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: licitar@tre-mg.jus.br, até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgadas em sítio eletrônico oficial no Portal de Compras do Governo Federal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

- 10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 10.5. Os pedidos de esclarecimento ou impugnação encaminhados via e-mail **deverão ter seu recebimento confirmado pelos telefones** (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.

11. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta de créditos orçamentários, na seguinte classificação:

- 11.1.1. ELEMENTO: 3390.33.03 – Locação de Meios de Transporte
- 11.1.2. U.O.: 14.113
- 11.1.3. PTRES.: 167864
- 11.1.4. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais
- 11.1.5. LEI: 15.346/2026

12. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.8. Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31/07/03, e na legislação municipal aplicável.
- 12.9. O resultado da presente licitação será publicado na página do TRE/MG na internet, no seguinte endereço: <http://www.tre-mg.jus.br>.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>.
- 12.11. Nos termos do art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para fins de execução do objeto licitado, o TRE/MG poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais/preposto(a) da licitante vencedora, inclusive para publicação nos portais de Transparência do TRE-MG, bem como para fins de assinatura eletrônica do instrumento contratual, se for o caso.
- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seu anexo;
- 12.12.2. ANEXO II – Minuta de Contrato e seus anexos (I a II);
- 12.13. Outras informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas, de segunda a sexta-feira, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, pelo telefone: (31) 3307-1288 ou 3307-1920.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2026

HELENO RIBEIRO DE MELO OLIVEIRA
Secretário de Gestão Administrativa

ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.

1. DO OBJETO:

- 1.1 Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de veículos automotivos para o período Eleitoral de 2026, conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro meses), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. Por se tratar de contratação temporária o serviço não é enquadrado como contínuo.
- 1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos nos artefatos, por meio de especificações usuais de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. Durante o período eleitoral, observa-se, historicamente, um incremento expressivo e recorrente da demanda por deslocamentos institucionais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Esse aumento decorre da intensificação das atividades típicas do ciclo eleitoral, que englobam:

- inspeções e vistorias em Zonas Eleitorais;
- diligências administrativas e judiciais;
- ações de fiscalização e apoio logístico;
- transporte eventual de servidores, magistrados e colaboradores;
- atendimentos emergenciais relacionados à mobilidade institucional.

2.1.1. Insuficiência da estrutura atualmente disponível:

A estrutura de transportes existente — composta pela frota oficial e pela organização interna das escalas de deslocamento — é suficiente para suprir as demandas regulares ao longo dos períodos não eleitorais. Entretanto, entre os meses de agosto e novembro, quando se concentram as atividades eleitorais, verifica-se um salto significativo na quantidade de solicitações dirigidas à Seção de Transportes (SETRA), tornando inviável o atendimento integral das necessidades institucionais apenas com os recursos ordinários.

2.1.2. Evidências objetivas do aumento da demanda:

O comportamento dos chamados registrados no Sistema SOS demonstra de forma concreta a diferença entre anos eleitorais e não eleitorais, evidenciando a pressão adicional sobre a logística de transportes:

**Número de chamados registrados – Sistema SOS:
(Período 15/08 a 06/11 de cada ano)**

ANO	Situação Eleitoral	Chamados Registrados	Crescimento
2021	15/08/2021 a 06/11/2021 - ano NÃO eleitoral	485	-
2022	15/08/2022 a 06/11/2022 - ano ELEITORAL	1460	301%
2023	15/08/2023 a 06/11/2023 - ano NÃO eleitoral	695	-
2024	15/08/2024 a 06/11/2024 - ano ELEITORAL	1178	169%

Tais números representam os chamados direcionadas à SETRA, dentro do prazo Eleitoral, não refletindo aqueles deslocamentos realizados diretamente pelos veículos/motoristas suplementares colocados à disposição das unidades cartorárias, havendo - portanto - subnotificação, reforçando a constatação de insuficiência estrutural no período eleitoral.

2.1.3. Amplitude territorial e demanda populacional - o TRE-MG atende áreas urbanas densamente povoadas, entre as quais se destacam:

- Belo Horizonte – 1.941.644 eleitores ativos (05/03/2026)

- Betim – 296.219 eleitores ativos (idem)
- Contagem – 455.899 eleitores ativos (idem)

A magnitude do eleitorado, somada à necessidade de presença territorial ampliada das equipes eleitorais, impõe exigências logísticas superiores à capacidade atual da frota institucional, que isoladamente não consegue absorver o volume adicional de deslocamentos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

QUANTIDADE E MODELO DOS VEÍCULOS

3.1. A locação será de 31 (trinta e um) veículos de passageiro com motorização 1.0, fabricados em 2024 ou posterior, com capacidade para 5 (cinco) passageiros, de 4 (quatro) portas, com ar condicionado, movidos a álcool (não há restrições aos veículos tipo “flex”) e, preferencialmente, com direção hidráulica ou elétrica.

3.1.1. Veículos movidos exclusivamente à gasolina ou a gás não serão aceitos pelo CONTRATANTE.

3.2. Poderão ser aceitos veículos que apresentem características superiores às exigidas e motorização de até no máximo 1.4, desde que atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e que seja mantido o mesmo valor de locação dos veículos com motorização 1.0, não acarretando ônus adicional ao CONTRATANTE.

3.2. Os veículos serão utilizados para transporte de passageiros, objetos de pequenas dimensões e peso, devendo possuir um porta-malas de no mínimo 300 litros.

3.2.1. Os veículos não poderão conter em seus porta-malas cilindros de gás ou outro tipo de volume que diminua o espaço útil desses compartimentos, uma vez que vários deslocamentos irão demandar o transporte de materiais eleitorais, muito comum nesse período preparatório.

UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

3.3. Os veículos deverão estar à disposição 24h no pátio da Seção de Transportes, ou em outro local indicado pelo CONTRATANTE, sob a modalidade “quilômetro livre” (sem limite de quilometragem e sem custo adicional por km rodado), com substituição em caso de pane, acidente e manutenções preventivas ou corretivas.

3.4. Os veículos serão utilizados para transporte de passageiros e materiais, de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, em Belo Horizonte e Região Metropolitana.

ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS

3.5. No início da locação, a CONTRATADA deverá entregar os veículos ao CONTRATANTE com os tanques de combustível cheios.

3.6. No término da locação, os veículos serão devolvidos pelo CONTRATANTE com os tanques de combustível cheios.

3.7. Durante o período da contratação, o abastecimento dos veículos será de responsabilidade do CONTRATANTE e o combustível utilizado nos veículos será, preferencialmente, o etanol.

SEGURO DOS VEÍCULOS

3.8. Os veículos deverão estar segurados contra perda total ou parcial, roubo, furto, colisão, incêndio, explosão, fenômenos da natureza e APP (Acidentes Pessoais a Passageiros), mediante apólice vigente, válida durante todo o prazo contratual, expedida por companhias reguladas pela SUSEP.

3.9. Os veículos deverão estar segurados contra danos corporais e materiais causados a terceiros no valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por evento, sem prejuízo de valores superiores eventualmente previstos na apólice.

3.10. A CONTRATADA deverá comprovar a contratação dos seguros exigidos na data de entrega dos veículos e sempre que houver substituição ou renovação da frota, mediante apresentação das respectivas apólices ou documentos equivalentes, devidamente válidos e vigentes, expedidos por companhias reguladas pela SUSEP, na data de entrega dos veículos, bem como nas substituições deles.

3.11. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a cobrança de franquia, coparticipação ou qualquer ônus financeiro ao CONTRATANTE, para fins de cobertura securitária dos veículos locados.

3.11.1. A CONTRATADA deverá assegurar isenção integral de franquia, aplicável aos seguintes eventos, sem limitação:

I – indenização integral por perda total;

II – incêndio;

III – explosão;

IV – eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior, incluídos acidentes da natureza;

V – danos parciais, avarias e demais ocorrências que impliquem necessidade de reparo do veículo.

3.12. A isenção de franquia deverá ser garantida independentemente da identificação ou apuração do responsável pelo dano, não sendo admitida qualquer distinção quanto à autoria, seja por motorista a serviço do CONTRATANTE, seja por terceiros estranhos à relação contratual.

Justificativa para isenção de franquia: Considerando a curta vigência contratual, a exigência de isenção integral de franquia mostra-se necessária e proporcional, tendo em vista:

a) a dificuldade prática de individualização da responsabilidade por danos eventualmente ocorridos, especialmente nas hipóteses que envolvam a atuação de terceiros ou a condução dos veículos por motoristas terceirizados vinculados a contrato distinto;

b) a morosidade inerente aos procedimentos administrativos de apuração de responsabilidade, que comumente demandam a lavratura de boletins de ocorrência, a elaboração de laudos técnicos ou periciais e a manifestação formal de seguradoras, incompatíveis com a curta duração da contratação e com a necessidade de pronta recomposição da frota em período eleitoral;

c) experiência pretérita da Administração em contratações similares, nas quais a indefinição quanto à autoria do dano e à responsabilização consequente comprometeu a eficiência da gestão contratual e gerou ônus administrativo desproporcional, incompatível com os princípios da celeridade e da economicidade.

À vista das circunstâncias acima, a exigência de isenção integral de franquia revela-se medida adequada à eficiência administrativa, à previsibilidade de custos e à continuidade da prestação dos serviços durante o período eleitoral. Tal exigência foi definida de forma motivada e proporcional, considerando a curta duração da contratação, não implicando transferência de risco extraordinário nem restrição indevida à competitividade, mas refletindo condição compatível com as práticas usuais do mercado de locação empresarial, nas quais a cobertura securitária integral compõe o gerenciamento ordinário de riscos da atividade econômica, sem autorizar majoração artificial ou desproporcional dos preços ofertados.

3.13. Os seguros exigidos neste Termo de Referência deverão ser contratados exclusivamente junto a seguradoras devidamente autorizadas e supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP não sendo admitidas quaisquer outras modalidades de proteção veicular que não se enquadrem no regime legal de seguros privados.

3.14. A utilização dos seguros exigidos não exime a CONTRATADA do cumprimento integral de suas obrigações contratuais, permanecendo sob sua exclusiva responsabilidade quaisquer prejuízos, danos, avarias ou indisponibilidades dos veículos, inclusive nos casos de negativa, limitação, suspensão ou mora no pagamento de indenização por parte da seguradora.

3.15. A comprovação da contratação e da vigência dos seguros constitui condição indispensável para a entrega e utilização dos veículos pelo CONTRATANTE, devendo ser mantida durante toda a execução contratual, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei e no contrato.

Responsabilidade independentemente de cobertura securitária:

3.16. Independentemente da existência, validade, eficácia ou abrangência da cobertura securitária pactuada, a CONTRATADA responderá, de forma objetiva e integral, nos limites da legislação civil aplicável, por quaisquer danos morais ou corporais causados a terceiros, assim definidos para fins deste contrato, inclusive as pessoas transportadas a serviço do CONTRATANTE, e demais usuários dos veículos locados, bem como por danos causados a pessoas estranhas à relação contratual, em decorrência da utilização dos veículos locados no âmbito da execução contratual.

3.17. A CONTRATADA obriga-se a manter o CONTRATANTE integralmente indene e a salvo de qualquer responsabilidade, ônus, condenação, acordo, indenização, despesa processual ou honorários advocatícios decorrentes de reclamações, ações judiciais ou procedimentos administrativos promovidos por terceiros, usuários, passageiros transportados a serviço do CONTRATANTE ou seus sucessores, inclusive nos casos de negativa, limitação, suspensão ou insuficiência de cobertura securitária, ou de controvérsia entre a CONTRATADA e a seguradora.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Em atendimento às diretrizes de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), no Plano de Logística Sustentável do TRE-MG e nas Instruções Normativas da Secretaria de Gestão e Inovação do Governo Federal - SEGES aplicáveis, a CONTRATADA deverá observar práticas compatíveis com a natureza dos serviços de locação de veículos. Assim, a contratada deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

4.1.1. Admissão apenas da locação de veículo automotor que utilize combustível renovável, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei n.º 9.660/1998;

4.1.2. Admissão apenas da oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n. 01/1993, n.º 08/1993, n. 17/1995, n. 242/1998 e n. 272/2000 e legislação superveniente e correlata;

4.1.3. Admissão apenas da locação de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA n. 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA n. 490, de 16/11/2018 e Resolução CONAMA 492, de 20/12/2018, complementações e alterações supervenientes;

4.1.4. Admissão apenas da oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A ou B do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular);

4.1.5. Realizar as manutenções preventivas e corretivas de acordo com as orientações dos fabricantes, a fim de manter a maior eficiência dos veículos e, por consequência, diminuir o consumo de combustível, peças e outros componentes;

4.1.6. Utilizar veículos, equipamentos, acessórios e produtos que tenham menor impacto ambiental sobre os recursos naturais.

Subcontratação

4.2. É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços.

Justificativa: a subcontratação transferiria a execução do objeto principal a terceiro que não participou do certame, o que é incompatível com o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que veda a subcontratação das parcelas de maior relevância do objeto.

Garantia da contratação

4.3. Não é necessária a apresentação de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se a natureza do objeto, consistente na locação de veículos, a curta vigência contratual, a baixa complexidade da contratação e a adequada mitigação dos riscos, mediante:

I – exigência de seguro com cobertura ampla e isenção integral de franquia, conforme disposto nos itens 3.8 a 3.17 deste Termo de Referência;

II – disciplina específica prevista nos itens 5.24 a 5.43 deste Termo de Referência, que regulamentam os ônus decorrentes de infrações de trânsito, multas, danos ou outras ocorrências imputáveis aos veículos durante a execução contratual, a serem suportados pela CONTRATADA ou ressarcidos, conforme o caso.

Parcelamento da contratação

4.4. A contratação será realizada por item único, abrangendo a locação de 31 (trinta e um) veículos, com adjudicação pelo preço global do item.
Justificativa: A adoção do item único preserva a economia de escala, a eficiência logística e a uniformidade da prestação, não se verificando prejuízo à competitividade, tendo em vista que os preços unitários são utilizados exclusivamente para fins de gestão contratual e aplicação do cálculo proporcional previsto neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A locação dos veículos dar-se-á sob regime de disponibilização contínua, 24 (vinte e quatro) horas por dia, contado a partir das 13 (treze) horas do dia da efetiva disponibilização do veículo ao CONTRATANTE, com quilometragem livre, o qual compreenderá integralmente a disponibilização durante fins de semana, feriados e períodos sem utilização.

5.2. O início da prestação dos serviços será em 17/08/2026 com duração de 54 dias, findando em 09/10/2026, caso ocorra apenas o 1º Turno das Eleições.

5.3. Em caso de ocorrência de 2º Turno das Eleições, a duração será de 82 dias, findando em 06/11/2026.

5.4. Os veículos deverão ser disponibilizados de forma escalonada:

- 1º Grupo :18 (dezoito) veículos, em 17/08/2026 - 1º (primeiro) dia de execução contratual.
- 2º Grupo: 13 (treze) veículos adicionais, mantidos o 1º grupo, em 14/09/2026 - 29º (vigésimo nono) dia de execução contratual.
- Após entrega do 2º grupo, o quantitativo total de 31 (trinta e um) será mantido até o encerramento do contrato.

5.5. No início da locação, em 17/08/2026, deverão ser disponibilizados 18 (dezoito) automóveis que serão distribuídos da seguinte forma:

- 10 (dez) veículos para as Cartórios Eleitorais de Belo Horizonte,
- 2 (dois) veículos para as Cartórios Eleitorais de Betim,
- 2 (dois) veículos para os Cartórios Eleitorais de Contagem,
- 1 (um) veículo para a Comissão de Propaganda Eleitoral de Belo Horizonte;
- 3 (três) veículos para a Seção de Transportes.

5.6. Os 13 (treze) veículos restantes, isto é, a partir de 14/09/2026, serão distribuídos da seguinte forma:

- mais 9 (nove) veículos para as Cartórios Eleitorais de Belo Horizonte;
- mais 4 (quatro) veículos para a Seção de Transportes;

5.7. Em cada município (Belo Horizonte, Betim e Contagem), a execução contratual será de 82 (oitenta e dois) dias, caso haja dois turnos de eleições. Havendo apenas um turno de eleições, a execução contratual será de 54 (cinquenta e quatro) dias.

DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS POR PERÍODO

GRUPOS	Quantidade de dias de execução	Período	Cartórios Eleitorais BH	Comissão de Propaganda	Cartórios de Betim	Cartórios de Contagem	SETRA - Seção de Transportes	TOTAL
--------	--------------------------------	---------	-------------------------	------------------------	--------------------	-----------------------	------------------------------	-------

Quantidade: (1º grupo no 1º turno)	28 dias	17/08/2026 a 13/09/2026	10	1	2	2	3	18
Quantidade (2º grupo, se <u>não</u> houver segundo turno da eleição)	26 dias	14/09/2026 a 09/10/2026	10+9	1	2	2	3+4	18+13
Quantidade (2º grupo, se <u>houver</u> segundo turno)	28 dias	10/10/2026 a 06/11/2026	19	1	2	2	7	31
TOTAL GERAL	82 dias							31

5.8. O período da prestação dos serviços poderá ser reduzido ou acrescido durante a execução contratual, respeitados os limites legais, de acordo com a demanda do CONTRATANTE, mediante aviso prévio à CONTRATADA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, hipótese em que o pagamento será ajustado proporcionalmente aos dias efetivamente disponibilizados, nos termos das cláusulas de remuneração e cálculo pró-rata previstas neste Termo de Referência.

5.9. Na impossibilidade de execução de serviço no prazo avençado, caberá à empresa, **antes do seu término**, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

5.9.1. O pedido será encaminhado à autoridade competente do contratante, para apreciação e decisão.

DOCUMENTAÇÃO, ENTREGA E RECOLHIMENTO DOS VEÍCULOS

5.10. Todos os documentos de porte obrigatório dos veículos, como CRLV, deverão estar de acordo com as especificações e as regulamentações do órgão de trânsito e entregues ao CONTRATANTE junto aos veículos.

5.11. Até as 13(treze) horas do dia do início da execução contratual, a CONTRATADA deverá entregar os veículos, no Centro de Apoio do CONTRATANTE, situado à Rua Flor de Trigo, nº 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Contagem – MG.

5.12. No término da locação, a CONTRATADA deverá recolher os veículos no Centro de Apoio do CONTRATANTE, situado à Rua Flor de Trigo, nº 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Contagem – MG.

5.13. Ao realizar a entrega, a CONTRATADA deverá fornecer à Seção de Transportes a relação dos veículos locados, ocasião em que será efetuada vistoria acompanhada pela Seção de Transportes.

Os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento, livres de avarias, adesivos, logotipos comerciais ou identificação visual estranha à Administração.

Ainda assim, no término da locação, o CONTRATANTE poderá devolver os veículos sujos e a limpeza deles será de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

5.14. Cada veículo deverá ser entregue acompanhado de:

- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV válido;
- apólice ou certificado de seguro vigente;
- triângulo de sinalização;
- macaco e chave de roda;
- pneu sobressalente em condições de uso;

Manutenção e substituição dos veículos

5.15. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos locados serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

- 5.16. Caso o veículo locado fique impossibilitado de trafegar por pane/defeito, avaria, acidente ou qualquer outra ocorrência que comprometa sua utilização, a CONTRATADA deverá providenciar a sua substituição por outro veículo com as mesmas características técnicas e operacionais contratadas.
- 5.17. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 12 (doze) horas, contado a partir da comunicação formal do CONTRATANTE à CONTRATADA acerca da imobilidade do veículo, independentemente do local em que este se encontre e do horário da comunicação, considerando que os veículos poderão estar em deslocamento, em serviço, para além do entorno imediato dos Municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem.
- 5.18. Ressalta-se que o prazo ora estabelecido refere-se exclusivamente à substituição do veículo, sendo que a comunicação, do CONTRATANTE à CONTRATADA, será considerada o termo inicial para a contagem do tempo de indisponibilidade do veículo, para todos os efeitos contratuais.
- 5.19. Caso haja revisão programada em algum veículo, a sua substituição deverá ser realizada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a CONTRATADA comunicar ao CONTRATANTE que o veículo será substituído em virtude de manutenção agendada. Neste caso, se o veículo ficar impossibilitado de trafegar, todo o período de imobilização será considerado como tempo de indisponibilidade.
- 5.20. Em ambos os casos anteriores, o tempo de indisponibilidade do veículo locado será contabilizado, segundo as disposições do Instrumento de Medição de Resultados descrito neste documento.
- 5.21. A substituição prevista neste item constitui garantia contratual de continuidade da prestação do serviço, sendo obrigação essencial da CONTRATADA, independentemente da causa da indisponibilidade, da apuração de responsabilidade, da existência de sinistro, da atuação da seguradora ou de quaisquer procedimentos administrativos ou securitários.
- 5.22. Excepcionalmente, em caso de substituição de algum veículo em razão de imobilização por avaria ou revisão programada, poderão ser aceitos, mediante autorização prévia do CONTRATANTE, veículos com motorização superior a especificada no subitem 3.2.
- 5.23. O conserto de pneus danificados dos veículos locados será de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA deverá providenciar o conserto num prazo máximo de 3 (três) horas após ser notificada pelo CONTRATANTE sobre o dano ocorrido. Após esse prazo, o tempo de indisponibilidade do veículo começará a ser contabilizado para fins de glosa proporcional da remuneração, nos termos do regime mensal e do cálculo pró-rata previstos neste Termo de Referência.

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

- 5.24. A CONTRATADA, na qualidade de proprietária dos veículos objeto da locação, deverá observar e cumprir integralmente a legislação de trânsito aplicável, especialmente o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, bem como cooperar com o CONTRATANTE na gestão administrativa das infrações e penalidades eventualmente aplicadas aos veículos locados.
- 5.25. A gestão das infrações de trânsito observará os princípios da legalidade, eficiência, segregação de funções, transparência, segurança jurídica e proteção ao erário, não sendo admitida a criação de vínculo jurídico entre a CONTRATADA e terceiros eventualmente envolvidos na condução dos veículos.
- 5.26. As responsabilidades de natureza administrativa e financeira atribuídas à CONTRATADA, inclusive aquelas decorrentes de multa por não indicação de condutor, perda de prazos legais, perda de descontos para pagamento antecipado, impossibilidade de defesa ou recurso administrativo, ou prejuízos ao erário, subsistirão após o término da vigência contratual, desde que o fato gerador tenha ocorrido durante a execução do contrato.
- 5.27. Todo o fluxo de informações, documentos, notificações e providências administrativas relacionadas a infrações de trânsito ocorrerá exclusivamente por intermédio do CONTRATANTE.
- 5.28. A CONTRATADA reconhece, para todos os fins, que as obrigações relativas a infrações de trânsito possuem natureza pós-contratual e subsistem independentemente do término da vigência do contrato.

Notificações de autuação de infração de trânsito

- 5.29. A indicação do condutor infrator junto ao órgão ou entidade autuadora constitui ato privativo da CONTRATADA, enquanto proprietária do veículo, nos termos do art. 257, §7º, do Código de Trânsito Brasileiro, não podendo tal atribuição ser delegada ou transferida a terceiros, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da Seção de Transportes, prestar auxílio discricionariamente.
- 5.30. Na ocorrência de infração de trânsito a CONTRATADA deverá enviar ao CONTRATANTE, por e-mail ou outra forma inequívoca, em um prazo não inferior a 20(vinte) dias antes da data limite para identificação do condutor infrator, a notificação de autuação de trânsito para o devido preenchimento e assinatura do Formulário de Identificação do Condutor-FICI.
- 5.31. Não havendo o envio da notificação de autuação de infração de trânsito dentro do prazo acima estabelecido, fica o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade quanto ao pagamento da infração de penalidade de multa decorrente da não identificação do condutor infrator junto ao órgão ou entidade autuadora, recaindo sobre a CONTRATADA tal obrigação.
- 5.32. A multa aplicada em razão da não indicação do condutor, prevista no art. 257, §8º, do Código de Trânsito Brasileiro, não se confunde com a infração originária e decorre exclusivamente da condição de proprietário do veículo.
- 5.33. Caberá ao CONTRATANTE devolver à CONTRATADA a notificação de autuação de trânsito com FICI- Formulário de Indicação do Condutor Infrator devidamente preenchido, datado e assinado pelo condutor responsável pela infração, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 5.34. A CONTRATADA responderá integralmente pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE, e a terceiros, em razão de omissão, negligência, atraso ou falha na indicação do condutor infrator junto ao órgão ou entidade autuadora, interposição de recursos, acompanhamento processual ou pagamento de multas, inclusive quando tais falhas resultarem em restrições administrativas ao veículo, perda de descontos legais, impedimentos, incidência de acréscimos ou prejuízo à execução do serviço público.

Notificações de penalidade de multa

- 5.35. A CONTRATADA não será responsável pecuniariamente pelas multas de trânsito decorrentes de infrações praticadas durante a utilização dos veículos a serviço do CONTRATANTE, sendo tal responsabilidade atribuída ao efetivo condutor, desde que a infração tenha ocorrido durante a vigência do contrato e a autoria seja devidamente identificada, ainda que a comunicação ou a tramitação administrativa ocorra posteriormente.

5.36. Caberá à CONTRATADA prestar toda a cooperação administrativa necessária à identificação do condutor infrator, inclusive quanto à tramitação e à apresentação tempestiva das autuações e notificações de trânsito, observados os prazos legais.

5.37. As notificações de penalidade de multa recebidas pelo CONTRATADA deverão ser enviadas ao CONTRATANTE, via e-mail ou outra forma inequívoca, em um prazo não inferior a 15 (quinze) dias antes da data limite de vencimento com desconto para ciência e providências referentes a sua quitação pelo CONTRATANTE ou pela empresa responsável pelo condutor infrator.

5.38. Poderá a CONTRATADA optar pelo pagamento imediato da multa, caso prefira.

5.39. Realizada a quitação imediata, a CONTRATADA deverá enviar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o respectivo comprovante de pagamento e documento de cobrança referente a multa quitada.

5.39.1. A solicitação do reembolso pelo pagamento antecipado da multa deverá ser emitida em documento próprio, não podendo ser incluído na fatura referente a cobrança da locação dos veículos.

5.39.2. O documento de cobrança do reembolso pela quitação antecipada da multa deverá ser enviado ao CONTRATANTE, via e-mail ou outra forma inequívoca, em um prazo não inferior a 20(vinte) de sua data de vencimento, para as providências cabíveis.

5.40. Não optando a CONTRATADA pela quitação imediata, o pagamento da multa somente será efetuado após o esgotamento da via administrativa ou nas hipóteses excepcionais previstas neste Termo de Referência.

5.41. A observância dos prazos para quitação das multas com desconto e sem aplicação de acréscimos será de responsabilidade da CONTRATADA, ficando ao seu encargo o pagamento destes, caso seja apurada sua responsabilidade quanto à perda dos prazos estabelecidos pelo órgão ou entidade de trânsito.

5.42. As disposições destas cláusulas não implicam solidariedade entre CONTRATANTE e CONTRATADA perante terceiros, reconhecendo as partes que toda e qualquer infração de trânsito decorrente da condução dos veículos é de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE, assegurado a CONTRATADA o pleno direito de ressarcimento e regresso.

5.43. O eventual pagamento de multa de trânsito pelo CONTRATANTE, realizado com a finalidade exclusiva de evitar acréscimos legais, restrições administrativas ou perda de desconto por pagamento tempestivo:

I – não implica reconhecimento de culpa do CONTRATANTE ou assunção definitiva da responsabilidade pela infração;

II – não afasta o direito de regresso contra o efetivo responsável;

III – não exonera a CONTRATADA do dever de cooperação administrativa previsto neste Termo de Referência.

Obrigações da Contratada

5.44. Referente a gestão das infrações de trânsito constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência:

I – Receber e acompanhar todas as notificações de autuação, penalidade ou quaisquer comunicações dos órgãos de trânsito relativas aos veículos locados;

II – Monitorar rotineiramente, junto aos sistemas eletrônicos dos órgãos de trânsito competentes, a existência de autuações ou penalidades incidentes sobre os veículos disponibilizados ao CONTRATANTE;

IV – Cooperar integralmente com o CONTRATANTE para fins de identificação do condutor infrator, incumbindo-lhe, na condição de proprietária do veículo, promover diretamente e sob sua exclusiva responsabilidade a indicação formal do condutor junto ao órgão autuador, na forma e nos prazos previstos na legislação de trânsito.

V – Não criar óbices, condicionantes ou embaraços à tramitação administrativa das notificações, indicações de condutor, defesas ou recursos administrativos relacionados às infrações;

VI – Abster-se de efetuar pagamento de multas de trânsito sem prévia ciência e autorização expressa do CONTRATANTE, salvo quando houver risco iminente de preclusão de prazo que possa causar prejuízo ao erário, situação que deverá ser imediatamente justificada e comprovada.

Local da prestação dos serviços

5.45. Os serviços serão prestados em locais indicados pelo CONTRATANTE, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, esporadicamente no colar metropolitano de Belo Horizonte.

5.46. A guarda e pernoite dos veículos poderá ocorrer em unidades privativas do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais:

- Centro de Apoio do TRE/MG, na Rua Flor de Trigo, n. 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios eleitorais de Venda Nova, na Rua Padre Pedro Pinto, n. 4.946, 2º andar, Bairro Mantiqueira, Belo Horizonte/MG;
- Seção de Transportes do TREMG, na Avenida Prudente de Moraes, n.100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG.
- Cartórios Eleitorais de Belo Horizonte: Avenida do Contorno, nº 7.038 - Lourdes, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios Eleitorais de Contagem: Avenida João de Deus Costa, nº 205 - "a" - 2º andar - Centro, Contagem/MG;
- Cartórios Eleitorais de Betim: Rua Santa Cruz, nº 402 - Loja 12 - Centro, Betim/MG.
- Edifício Acaiaca: Av. Afonso Pena, nº 867 - Centro, Belo Horizonte/MG;
- Edifício Mozart: Av. do Contorno, nº 7.526 - Lourdes, Belo Horizonte/MG.

5.46.1.Consideradas as repercussões logísticas, operacionais e administrativas envolvidas — notadamente aquelas relativas à apuração atuarial de riscos, definição de CEP de pernoite, lotação inicial dos motoristas, deslocamentos operacionais, controle de frequência, traçado de rotas, dentre outras variáveis correlatas —, foi autorizada a possibilidade de pernoite dos veículos destinados aos Cartórios Eleitorais de Betim e Contagem nas respectivas sedes cartorárias.

Especificação da garantia do serviço

5.47. A garantia à prestação de serviços de locação de veículos não se aplica de forma tradicional, como ocorre caracteristicamente em compras ou fornecimento de bens, porém de forma inerente ao contrato, como garantia de adequação ao objeto/TR e funcionamento regular dos bens locados, isto equivale: a CONTRATADA é responsável por entregar e manter os veículos em perfeitas condições de uso durante todo o período de execução contratual/locação.

O fundamento legal para tal salvaguarda encontra guarida nos Arts. 566 e 567 do Código Civil Brasileiro, onde se lê:

"Art. 566: O locador é obrigado a entregar ao locatário a coisa alugada em estado de servir ao uso a que é destinada.

Art. 567: Se, durante a locação, a coisa necessitar de reparos urgentes, o locador é obrigado a executá-los."

Isso significa que existe uma responsabilidade objetiva e integral da CONTRATADA, equivalente a uma salvaguarda do serviço, decorrente da natureza contratual e não de uma proteção comercial típica ou de fábrica, comum nas transferências de propriedade (tradicionalmente amparada pelo CDC, por exemplo).

5.48. A responsabilidade da CONTRATADA é objetiva, integral e contínua, abrangendo toda a execução contratual.

5.49. A responsabilidade da CONTRATADA pela adequação, funcionamento, segurança e disponibilidade dos veículos perdura por toda a vigência da locação, cessando apenas com a devolução definitiva dos veículos ao término da execução contratual, não se aplicando prazo de garantia fixo ou contratualmente limitado.

5.50. A salvaguarda da prestação do serviço de locação compreende, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Termo de Referência:

I – entrega dos veículos em perfeito estado de conservação e funcionamento, inclusive quanto aos sistemas mecânicos, elétricos e de segurança (airbags, cintos de segurança, pneus, estepe, vidros, retrovisores etc.);

II – regularidade da documentação obrigatória e disponibilização do CRLV vigente;

III – realização de manutenção corretiva e substituição do veículo no prazo pactuado, em caso de pane ou falha mecânica;

IV – custeio integral de manutenções, reparos, seguros obrigatórios, taxas, tributos e demais encargos incidentes sobre os veículos;

V – disponibilização de veículo reserva, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência;

VI – observância das normas ambientais, de sustentabilidade e de segurança aplicáveis.

5.51. Todas as despesas necessárias à correção de falhas, substituição de componentes, reparos, manutenções ou substituição de veículos correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Formalizado o contrato, o CONTRATANTE deverá designar formalmente o Gestor do Contrato, o Fiscal Requisitante, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, bem como os respectivos suplentes, para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

6.2.1. Na ausência do Gestor do Contrato e/ou dos Fiscais, a qualquer título, as providências de sua alçada, bem como as responsabilidades a eles afetas ficarão a cargo dos suplentes e, na falta destes, das respectivas chefias imediatas.

6.2.2. As funções de Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico poderão ser desempenhadas por um único servidor.

6.3. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

6.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Fiscalização da Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Fiscalização da Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6. A Fiscalização da Contratante sempre que entender necessário poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 6.7. Caberá ao Fiscal Requisitante, sempre com o auxílio do Fiscal Técnico, quando a especificidade e complexidade da contratação assim o exigirem, acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração; competindo-lhe, especialmente:
- 6.7.1. contatar a Contratada para esclarecer dúvidas, prestar informações, emitir ordem de início de serviço e outras providências, de acordo com as exigências contratuais;
- 6.7.2. atestar a efetiva prestação dos serviços, conforme o IMR estabelecido no contrato;
- 6.7.3. identificada qualquer inexecução ou irregularidade, emitir notificações à Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.7.4. comunicar ao Fiscal Administrativo a ocorrência de falhas, atrasos ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos, ou que acarretem a necessidade de prorrogação de prazos de execução/entrega ou de vigência contratual;
- 6.7.5. encaminhar solicitação de alteração qualitativa, acréscimo ou supressão ao objeto do contrato, com as justificativas pertinentes, permitindo sua efetivação somente após a formalização do respectivo Termo Aditivo;
- 6.7.6. informar à autoridade superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.7.7. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, em virtude de determinação legal ou por ordem e/ou interesse da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, pelo Fiscal Requisitante.
- 6.9. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, competirá ao Fiscal Administrativo instruir o processo de aplicação de penalidade à contratada, a partir do relato dos descumprimentos contratuais pelo Fiscal Requisitante, ressalvada a possibilidade de o processo ser instaurado pelo próprio Fiscal Administrativo do contrato, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência;
- 6.9.2. O Fiscal Administrativo da Contratante comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.10. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.10.1. O Gestor do Contrato anotarás os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 6.10.2. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.10.3. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.
- 6.11. O Gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. O Instrumento de Medição de Resultados – IMR tem por objetivo estabelecer critérios para a avaliação qualitativa dos serviços contratados.
- 7.1.1. A medição de avaliação de qualidade com utilização do IMR terá abrangência de até 6% (seis por cento) do valor total mensal contratado. Desta forma, 94% (noventa e quatro por cento) do valor total mensal contratado será pago referente à efetiva execução contratual e 6% (seis por cento) será pago conforme a qualidade do serviço prestado, sendo que as falhas de qualidade que vão gerar desconto serão registradas como ocorrências.
- 7.2. As falhas na qualidade da prestação dos serviços serão registradas pelo fiscal na planilha de fiscalização mensal, conforme o tipo e o volume de ocorrências (descritas no Anexo deste Termo de Referência).
- 7.3. As ocorrências a serem avaliadas no âmbito deste Instrumento de Medição de Resultados foram divididas em 2 (duas), conforme a tabela a seguir:

DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS
Defeitos dos veículos locados

Tempo de indisponibilidade dos veículos locados

- 7.4. O Anexo deste Termo de Referência lista os indicadores de ocorrências, seus respectivos procedimentos de avaliação e a descrição dos resultados esperados para cada indicador.
- 7.5. A avaliação será realizada no decorrer da prestação dos serviços, sem aviso prévio à CONTRATADA, onde o servidor encarregado registrará a conformidade ou não dos itens de avaliação com os resultados esperados pelo CONTRATANTE.
- 7.6. A frequência mínima de avaliação será diária e os indicadores de ocorrências serão constantemente monitorados pela fiscalização com o auxílio dos motoristas e dos usuários dos veículos.

INDICADORES DE OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO
Defeitos dos veículos locados	Diariamente
Tempo de indisponibilidade dos veículos locados	Diariamente

- 7.7. O resultado da avaliação mensal consistirá na aplicação do somatório dos indicadores de ocorrências encontrados na planilha de fiscalização mensal, conforme o Anexo deste Termo de Referência.
- 7.8. Os serviços prestados serão pagos em conformidade com os resultados obtidos por meio do IMR, em consonância com as disposições deste Termo de Referência e de seus anexos.
- 7.9. O IMR será entregue tempestivamente à CONTRATADA, visando à emissão da nota fiscal do mês de referência. Vale observar que as adequações de pagamento originadas por insuficiência de resultados não se configuram como penalidades ou multas.
- 7.10. Caso seja necessário adequar o pagamento pela ocorrência de insuficiência de resultado, o CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA, na ocasião da entrega do IMR, o relatório da fiscalização, objetivando proporcionar a apresentação de eventuais justificativas para a inconformidade dos resultados. A CONTRATADA terá prazo de até 48h (quarenta e oito horas) para a apresentação das razões.
- 7.11. Recebidas as razões da CONTRATADA, caberá à fiscalização reavaliar novas readequações de pagamento.

Forma de pagamento

- 7.12. O pagamento será mensal e efetuado **até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação de serviços**, após atestada a plena execução do objeto pela fiscalização do contrato, observadas as disposições contidas nos instrumentos convocatório e contratual, podendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, conforme disposto no item 7 e Anexo deste Termo de Referência .
- 7.13. A contratada deverá emitir uma nota fiscal/fatura a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.
- 8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são expressas no Edital de licitação.
- 8.3. O licitante deverá comprovar os seguintes requisitos de Qualificação Técnica:
- 8.3.1. A licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado, constando endereço de localização para permitir diligência, comprovando que já executou, de forma satisfatória, serviços da mesma natureza do objeto a ser contratado equivalente a 50% do total solicitado, o que corresponde a aproximadamente 15 (quinze) veículos.
- 8.3.1.1. Justificativa: a exigência de comprovação de capacidade técnica visa assegurar que a futura contratada possua experiência prévia compatível com a importância da contratação. Considerando que o período eleitoral impõe elevada demanda, criticidade operacional e necessidade de pronta resposta logística, é essencial que a empresa demonstre aptidão para disponibilizar e gerenciar frota em escala relevante, reduzindo riscos de falhas na execução, com o intuito de:
- Assegurar a seleção de licitantes com experiência efetiva e compatível com a contratação, reduzindo o risco de inadimplemento;
 - Garantir maior confiabilidade na execução contratual, elemento crítico em cenário de elevada sensibilidade institucional, como o eleitoral;

Dessa forma, a exigência em questão observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na legislação de licitações, ao mesmo tempo em que resguarda o Tribunal contra riscos inerentes à execução de um contrato essencial ao adequado funcionamento do processo eleitoral.

8.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.3. A título de diligência, poderá ser requerida a apresentação dos contratos que originaram os atestados bem como quaisquer informações necessárias a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação está previsto no edital de licitação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação objeto destes autos encontra adequação orçamentária, uma vez que o Plano de Contratações Anual é elaborado em alinhamento com a proposta de Lei Orçamentária Anual.

11. PENALIDADES

11.1. O descumprimento das disposições deste termo de referência sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021 e no termo de contrato.

11.2. As penalidades previstas nesta Cláusula observarão a criticidade do período eleitoral, sendo aplicadas com maior rigor nos casos em que a falha comprometa a logística necessária à realização do pleito, especialmente nos dias que antecedem ou coincidem com as datas eleitorais.

11.2.1. Nos 5 dias anteriores e no dia da eleição, considerando 1º e 2º turno (se houver) as infrações relativas à indisponibilidade de veículos serão consideradas de natureza grave*.

11.3. As falhas relacionadas a obrigações acessórias de baixa materialidade serão tratadas por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), utilizado para acompanhamento e avaliação contínua da qualidade da execução contratual. Nessas hipóteses, as ocorrências serão registradas e analisadas no âmbito do IMR, não ensejando, isoladamente, a aplicação de penalidades.

Tabela sugerida de penalidades:

Situação	Dispositivo sugerido	Base de cálculo	Índice sugerido	Limite	Observação técnica
Atraso na disponibilização inicial de veículos - DIA	multa moratória qualificada	valor da parcela afetada/valor inadimplido	1,0% por dia	até 30%	Justifica índice elevado por impacto direto no processo eleitoral
Atraso na substituição de veículo (quebra/manutenção/sinistro) - HORA	multa moratória agravada	valor diário do veículo	0,8 % por dia	até 20%	Impacto operacional relevante, mas localizável
Descumprimento de SLA (tempo de atendimento / suporte)	multa operacional	valor mensal do contrato	0,3% por ocorrência	até 15%	Compatível com IMR
Inexecução parcial relevante	multa compensatória	valor da parcela afetada	5% a 20%	—	Escalonada conforme gravidade até 5% → impacto leve 20% → impacto grave*
Inexecução total	multa compensatória máxima	valor total do contrato	30%	30%	Limite legal
Descumprimento de obrigações acessórias	multa leve	valor da parcela	1% a 5%	—	As infrações que ultrapassem os limites de tolerância de descumprimento relevante sujeitarão a CON 5%, conforme gradação abaixo I – 1% (um por cento): infrações de natureza leve, tais como falhas formais no cumprimento de obrigações administrativas; II – 3% (três por cento): infrações de natureza moderada, tais como falhas na regularidade da execução ou o não acompanhamento de prazos para prejuízo imediato à prestação do serviço;

					III – 5% (cinco por cento): infrações de natur evidenciem desorganização operacional, risc serviço ou descumprimento reiterado de obi
Reincidência	agravante	—	+50% sobre a penalidade	—	Precisa estar expressa

12. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

12.1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018, nos termos previstos em contrato.

13. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI

13.1. Não há necessidade de classificação deste Termo de Referência quanto ao grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, considerando que a contratação é pública, o que garante o amplo acesso aos interessados.

ANEXO II DO EDITAL
MINUTA DO CONTRATO

SEI nº 0002547-92.2026.6.13.8000
Contrato nº/..... – TREMG

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E**
.....

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Rodolfo Francisco Castro Pacheco, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso V, da Portaria nº 173/2026 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 09/06/2026, e, a, CNPJ nº, com sede em,/MG, na, nº, Bairro, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu,, vêm ajustar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de **locação de veículos automotivos** para o período Eleitoral de 2026, nos termos dos Anexos deste instrumento.

Parágrafo Único: A locação dos veículos dar-se-á sob regime de disponibilização contínua, 24 (vinte e quatro) horas por dia, contado a partir das 13 (treze) horas do dia da efetiva disponibilização do veículo à CONTRATANTE, com quilometragem livre, o qual compreenderá integralmente a disponibilização durante fins de semana, feriados e períodos sem utilização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. Receber e acompanhar todas as notificações de autuação, penalidade ou quaisquer comunicações dos órgãos de trânsito relativas aos veículos locados;
- III. Monitorar rotineiramente, junto aos sistemas eletrônicos dos órgãos de trânsito competentes, a existência de autuações ou penalidades incidentes sobre os veículos disponibilizados à CONTRATANTE;
- IV. Cooperar integralmente com a CONTRATANTE para identificação do condutor infrator, incumbindo-lhe, na condição de proprietária do veículo, promover diretamente e sob sua exclusiva responsabilidade a indicação formal do condutor junto ao órgão autuador, na forma e nos prazos previstos na legislação de trânsito;
- V. Não criar óbices, condicionantes ou embaraços à tramitação administrativa das notificações, indicações de condutor, defesas ou recursos administrativos relacionados às infrações;
- VI. Abster-se de efetuar pagamento de multas de trânsito sem prévia ciência e autorização expressa da CONTRATANTE, salvo quando houver risco iminente de preclusão de prazo que possa causar prejuízo ao erário, situação que deverá ser imediatamente justificada e comprovada;
- VII. Observar os critérios para prestação dos serviços e as demais obrigações dispostas no Anexo deste instrumento;
- VIII. Indicar o nome do(a) seu/sua preposto(a) que será o contato usual para equacionar os eventuais problemas relativos à prestação dos serviços;
- IX. Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone, para que a CONTRATANTE mantenha os contatos necessários;
- X. Atender às solicitações e determinações da CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos neste instrumento, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;
- XI. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos(as) servidores/servidoras designados(as) para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita da CONTRATANTE;
- XII. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- XIII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XIV. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XV. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Parágrafo Primeiro: É de responsabilidade da CONTRATADA gerir sua caixa de entrada de mensagens eletrônicas. Eventuais alegações posteriores de defeitos ou entraves técnicos no recebimento e visualização de e-mail não serão aceitas pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: Na impossibilidade de execução de serviço no prazo avençado, caberá à CONTRATADA, antes do término desse prazo, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando obter os melhores resultados na prestação dos serviços;
- II. Designar dois servidores/servidoras (titular e suplente) do seu quadro de pessoal, para representá-lo no acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados;
- III. Notificar a CONTRATADA, por escrito, por meio de correio ou e-mail, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, estabelecendo, quando for o caso, prazo para a sua regularização;
- IV. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de até 01 (um) mês, a contar da data de protocolo do requerimento, admitida a prorrogação, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, conforme art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos(as) designados(as), podendo para isso registrar, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia do mesmo à CONTRATADA, para a correção das irregularidades apontadas no prazo prescrito.

Parágrafo Segundo: A existência de fiscalização, pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os serviços contratados e pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em razão do presente instrumento, as partes poderão compartilhar, entre si, dados dos seus presidentes, diretores, conselheiros, sócios, representantes legais, funcionários/servidores vinculados a este instrumento/contratação, obrigando-se a cumprir com as seguintes determinações:

Parágrafo Primeiro: Cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018 (doravante denominada "LGPD"), **assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação**, comprometendo-se a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares acerca do tema.

Parágrafo Segundo: Adotar as melhores práticas do mercado de segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados pessoais que tiverem acesso em razão deste instrumento, exigindo que todos os seus empregados, parceiros, fornecedores, subcontratados, se houver, e afins também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da "LGPD".

Parágrafo Terceiro: Cada parte será responsável pelos prejuízos que ocasionar à outra ou aos titulares dos dados, além de eventuais multas administrativas, decorrentes do descumprimento da "LGPD".

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor total do contrato é de **R\$...... (.....)**, sendo R\$.... (.....) o valor da diária.

CLÁUSULA SEXTA – DA RECOMPOSIÇÃO

O preço constante neste instrumento poderá ser reajustado, desde que expressamente solicitado pela CONTRATADA, observado sempre o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado (26/05/2026) ou da última majoração de preços, nos termos do inciso V do artigo 92 da Lei n.º 14.133/2021 e artigos 2º e 3º da Lei n.º 10.192/2001, utilizando-se a variação do IPCA/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, referente ao período anual anterior.

Parágrafo Primeiro: Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para restabelecer a relação entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE pactuada inicialmente pelas partes, a CONTRATADA deverá comprovar a configuração da álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: Para fins do disposto no parágrafo anterior, será devida a revisão dos valores pela CONTRATANTE a partir da data da solicitação formal da CONTRATADA, ressalvada a possibilidade de concessão de efeitos retroativos, desde que demonstrado inequivocamente que o motivo que deu ensejo à ruptura do equilíbrio econômico-financeiro contratual teve origem em data pretérita.

Parágrafo Terceiro: Os eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA deverão ser respondidos pela CONTRATANTE no prazo máximo de 02(dois) meses, contados da solicitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá remeter à CONTRATANTE a respectiva Nota Fiscal/Fatura **a partir do** primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, e o pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento do referido documento, após atestada a efetiva prestação dos serviços contratados por um(a) dos(as) servidores(as) designados(as).

Parágrafo Primeiro: Durante a vigência do contrato, a CONTRATANTE adotará o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, em conformidade com o art. 121, § 3º, e art. 143, parágrafo único, inciso III, ambos da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes de gestão e fiscalização de contratos vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do Anexo II deste instrumento.

Parágrafo Segundo: A medição de avaliação de qualidade com utilização do IMR terá abrangência de até 6% (seis por cento) do valor total mensal contratado. Desta forma, 94% (noventa e quatro por cento) do valor total mensal contratado será pago referente à efetiva execução contratual e 6% (seis por cento) será pago conforme a qualidade do serviço prestado, sendo que as falhas de qualidade que vão gerar desconto serão registradas como ocorrências.

Parágrafo Terceiro: Será observada, para efeito de pagamento, em qualquer caso, a ordem cronológica estabelecida nos incisos I a IV do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser alterada, excepcionalmente, mediante justificativa, nos casos do parágrafo primeiro, incisos I ao V, daquele dispositivo legal.

Parágrafo Quarto: Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATADA será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de liquidação e pagamento daquela parcela no prazo previsto no caput desta Cláusula.

Parágrafo Quinto: Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a declaração prevista no art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores, nos termos do Anexo IV do mesmo instrumento, assinada por seu(s) representante(s) legal (legais), em duas vias.

Parágrafo Sexto: Caso a CONTRATADA não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores.

Parágrafo Sétimo: Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

Parágrafo Oitavo: Considerar-se-á como a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária a favor da CONTRATADA.

Parágrafo Nono: Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar n.º 116/2003, e na legislação municipal aplicável.

Parágrafo Dez: O CNPJ constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta apresentada pela CONTRATADA e da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE, sob pena de não ser efetuado o pagamento, salvo em caso de matriz e filial.

Parágrafo Onze: O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Doze: Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$
$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e
VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de **4 (quatro) meses**, iniciando-se em __ (____) de _____ de ____ (____) e encerrando-se em __ (____) de _____ de ____ (____).

Parágrafo Primeiro: O início da prestação dos serviços será em **17/08/2026** com duração de **54 (cinquenta e quatro) dias**, findando em **09/10/2026**, caso ocorra apenas o 1º Turno das Eleições.

Parágrafo Segundo: Em caso de ocorrência de 2º Turno das Eleições, a duração será de **82 (oitenta e dois) dias**, findando em 06/11/2026.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

.....

Parágrafo Único: Será emitida Nota de Empenho para atender às despesas deste instrumento.

CLÁUSULA DEZ - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade “Pregão Eletrônico nº, homologado pela Diretoria Geral da CONTRATANTE, nos autos do Processo nº 0002547-92.2026.6.13.8000, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: Integram o presente Contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência e todos os atos e termos referentes ao processo da contratação.

CLÁUSULA ONZE - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES

O descumprimento das cláusulas deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas no art. 156 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades específicas descritas abaixo e nesta cláusula:

Situação	Dispositivo sugerido	Base de cálculo	Índice	Limite	Observação técnica
Atraso na disponibilização inicial de veículos - DIA	multa moratória qualificada	valor da parcela afetada/valor inadimplido	1,0% por dia	30%	Justifica índice elevado por impacto direto no pleito
Atraso na substituição de veículo (quebra/manutenção/sinistro) - HORA	multa moratória agravada	valor diário do veículo	0,8 % por dia	20%	Impacto operacional relevante, mas localizado
Descumprimento de SLA (tempo de atendimento / suporte)	multa operacional	valor mensal do contrato	0,3% por ocorrência	15%	Compatível com IMR
Inexecução parcial relevante	multa compensatória	valor da parcela afetada	5% a 20%	—	Escalonada conforme gravidade até 5% → impacto leve 20% → impacto grave*
Inexecução total	multa compensatória máxima	valor total do contrato	30%	30%	Limite legal
Descumprimento de obrigações acessórias	multa leve	valor da parcela	1% a 5%	—	As infrações que ultrapassem os limites de tolerância ou caracterizem descumprimento relevante sujeitarão a CONTRATADA à multa de 1% a 5%, conforme gradação abaixo I – 1% (um por cento): infrações de natureza leve, sem impacto direto na execução do objeto, tais como falhas

					formais ou atraso pontual no cumprimento de obrigações administrativas; II – 3% (três por cento): infrações de natureza média, que afetem a regularidade da execução ou o acompanhamento contratual, sem prejuízo imediato à prestação do serviço; III – 5% (cinco por cento): infrações de natureza relevante, que evidenciem desorganização operacional, risco à continuidade do serviço ou descumprimento reiterado de obrigações acessórias.
Reincidência	agravante	—	+50% sobre a penalidade	—	Precisa estar expressa

Parágrafo Primeiro: As penalidades previstas nesta Cláusula observarão a **criticidade do período eleitoral**, sendo aplicadas com maior rigor nos casos em que a falha comprometa a logística necessária à realização do pleito, especialmente nos dias que antecedem ou coincidem com as datas eleitorais.

Parágrafo Segundo: Nos 5 (cinco) dias anteriores e no dia da Eleição, considerando 1º e 2º turno (se houver) as infrações relativas à indisponibilidade de veículos serão consideradas de natureza grave.

Parágrafo Terceiro: O descumprimento injustificado de quaisquer outras obrigações previstas neste Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Quarto: Caso o valor da multa aplicada seja **inferior** ao prejuízo efetivamente causado à Administração, poderá ser exigida **indenização suplementar**, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quinto: As falhas relacionadas às obrigações acessórias de baixa materialidade serão tratadas por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), utilizado para acompanhamento e avaliação contínua da qualidade da execução contratual. Nessas hipóteses, as ocorrências serão registradas e analisadas no âmbito do IMR, não ensejando, isoladamente, a aplicação de penalidades.

Parágrafo Sexto: Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Parágrafo Sétimo: Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no Parágrafo anterior, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30(trinta) dias corridos, a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial, parágrafo 8º do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Oitavo: O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa à CONTRATADA.

Parágrafo Nono: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Dez: Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela CONTRATADA no SICAF.

Parágrafo Onze: Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da CONTRATADA, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Parágrafo Doze: As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo Treze: A desídia na regularização dos serviços poderá ensejar, a critério da CONTRATANTE, a extinção do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Quatorze: O período de atraso será contado em horas e dias corridos, excluindo-se o dia do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação e incluindo-se o dia de seu efetivo adimplemento.

CLÁUSULA TREZE - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurará à CONTRATANTE o direito de instaurar procedimento administrativo com vistas à extinção do Contrato, numa das formas previstas no art. 138 e com as consequências do art. 139 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Todas as despesas com pessoal necessário à execução dos serviços, inclusive de natureza trabalhista e previdenciária, são de responsabilidade da CONTRATADA;
- II. Conforme dispõem o parágrafo 3º do artigo 195 da Constituição Federal e o artigo 2º da Lei nº. 9.012/1995, que exigem a inexistência de débito relativo às contribuições sociais para que se contrate com o Poder Público, a CONTRATADA comprovará a sua regularidade, mediante apresentação da **Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014), e do **Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS**, bem como das outras certidões apresentadas na licitação, em original ou cópia autenticada, quando não for possível confirmar a autenticidade das mesmas nos sítios oficiais dos respectivos órgãos na internet, como condição necessária para esta contratação, mantendo essa documentação sempre atualizada na vigência do presente instrumento;
- III. A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá, igualmente, ser comprovada mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- IV. A CONTRATANTE não aceitará pedidos de reembolso de serviços e/ou materiais adicionais, por parte da CONTRATADA, que não tenham sido contemplados na proposta orçamentária apresentada e que ultrapassem o valor fixado neste contrato;
- V. É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços;
- VI. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor/servidora, cônjuges, companheiros/companheiras ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes/juizas vinculados(as) ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em observância à Resolução CNJ nº 7/2005;
- VII. É vedada a contratação, durante a vigência do contrato, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **de dirigente da contratante ou do fiscal ou gestor do contrato**, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133/2021;
- VIII. Não haverá exigência de garantia contratual da execução na presente contratação;
- IX. O modelo de Gestão deste contrato encontra-se no Termo de Referência, parte integrante deste contrato;
- X. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;
- XI. Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais;
- XII. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para execução do serviço;
- XIII. Nos termos do parágrafo único, do inciso V do artigo 2º da Resolução nº 1236/2022-TREMG, a CONTRATADA deverá instruir seus profissionais acerca da ciência e responsabilidade em relação ao código de ética instituído.
- XIV. Todas as alterações no ato constitutivo da empresa CONTRATADA deverão ser imediatamente comunicadas à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

Por força do disposto no inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e no parágrafo 1º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento de forma eletrônica, perante duas testemunhas.

Belo Horizonte, ____ de _____ de ____.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Rodolfo Francisco Castro Pacheco
Diretor-Geral

EMPRESA

.....
Representante Legal

ANEXO I DO CONTRATO
ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

1. QUANTIDADE E MODELO DOS VEÍCULOS

1.1. A locação será de **31 (trinta e um) veículos de passageiro** com motorização 1.0, fabricados em 2024 ou posterior, com capacidade para 5 (cinco) passageiros, de 4 (quatro) portas, com ar condicionado, movidos a álcool (não há restrições aos veículos tipo "flex") e, preferencialmente, com direção hidráulica ou elétrica.

1.1.1. Veículos movidos exclusivamente à gasolina ou a gás não serão aceitos pela CONTRATANTE.

1.2. Poderão ser aceitos veículos que apresentem características superiores às exigidas e motorização de até no máximo 1.4, desde que atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência e que seja mantido o mesmo valor de locação dos veículos com motorização 1.0, não acarretando ônus adicional à CONTRATANTE.

1.3. Os veículos serão utilizados para transporte de passageiros, objetos de pequenas dimensões e peso, devendo possuir um porta-malas de no mínimo 300 litros.

1.3.1. Os veículos não poderão conter em seus porta-malas cilindros de gás ou outro tipo de volume que diminua o espaço útil desses compartimentos, uma vez que vários deslocamentos irão demandar o transporte de materiais eleitorais, muito comum nesse período preparatório.

Os veículos deverão ser disponibilizados de forma escalonada:

- **1º Grupo: 18 (dezoito) veículos, em 17/08/2026** - 1º (primeiro) dia de execução contratual.
- **2º Grupo: 13 (treze) veículos adicionais**, mantidos o 1º grupo, **em 14/09/2026** - 29º (vigésimo nono) dia de execução contratual.
- Após entrega do 2º grupo, o quantitativo total de 31 (trinta e um) será mantido até o encerramento do contrato.

1.4. No início da locação, **em 17/08/2026**, deverão ser disponibilizados 18 (dezoito) automóveis que serão distribuídos da seguinte forma:

- 10 (dez) veículos para as Cartórios Eleitorais de Belo Horizonte;
- 2 (dois) veículos para as Cartórios Eleitorais de Betim;
- 2 (dois) veículos para os Cartórios Eleitorais de Contagem;
- 1 (um) veículo para a Comissão de Propaganda Eleitoral de Belo Horizonte;
- 3 (três) veículos para a Seção de Transportes.

1.5. Os 13 (treze) veículos restantes, isto é, **a partir de 14/09/2026**, serão distribuídos da seguinte forma:

- mais 9 (nove) veículos para as Cartórios Eleitorais de Belo Horizonte;
- mais 4 (quatro) veículos para a Seção de Transportes.

DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS POR PERÍODO

GRUPOS	Quantidade de dias de execução	Período	Cartórios Eleitorais BH	Comissão de Propaganda	Cartórios de Betim	Cartórios de Contagem	SETRA - Seção de Transportes	TOTAL
Quantidade: (1º grupo no 1º turno)	28 dias	17/08/2026 a 13/09/2026	10	1	2	2	3	18
Quantidade (2º grupo, se não houver segundo turno da eleição)	26 dias	14/09/2026 a 09/10/2026	10+9	1	2	2	3+4	18+13
Quantidade (2º grupo, se houver segundo turno)	28 dias	10/10/2026 a 06/11/2026	19	1	2	2	7	31
TOTAL GERAL	82 dias							31

1.6. O período da prestação dos serviços poderá ser reduzido ou acrescido durante a execução contratual, respeitados os limites legais, de acordo com a demanda da CONTRATANTE, mediante aviso prévio à CONTRATADA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, hipótese em que o pagamento será ajustado proporcionalmente aos dias efetivamente disponibilizados, nos termos das cláusulas de remuneração e cálculo pró-rata previstas neste instrumento.

2. UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

2.1. Os veículos deverão estar à disposição 24h no pátio da Seção de Transportes, ou em outro local indicado pela CONTRATANTE, sob a modalidade “quilômetro livre” (sem limite de quilometragem e sem custo adicional por km rodado), com substituição em caso de pane, acidente e manutenções preventivas ou corretivas.

2.2. Os veículos serão utilizados para transporte de passageiros e materiais, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, em Belo Horizonte e Região Metropolitana.

3. ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS

3.1. No início da locação, a CONTRATADA deverá entregar os veículos à CONTRATANTE com os tanques de combustível cheios.

3.2. No término da locação, os veículos serão devolvidos pela CONTRATANTE com os tanques de combustível cheios.

3.3. Durante o período da contratação, o abastecimento dos veículos será de responsabilidade da CONTRATANTE e o combustível utilizado nos veículos será, preferencialmente, o etanol.

4. SEGURO DOS VEÍCULOS

4.1. Os veículos deverão estar segurados contra perda total ou parcial, roubo, furto, colisão, incêndio, explosão, fenômenos da natureza e APP (Acidentes Pessoais a Passageiros), mediante apólice vigente, válida durante todo o prazo contratual, expedida por companhias reguladas pela SUSEP.

4.2. Os veículos deverão estar segurados contra danos corporais e materiais causados a terceiros no valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por evento, sem prejuízo de valores superiores eventualmente previstos na apólice.

4.3. A CONTRATADA deverá comprovar a contratação dos seguros exigidos na data de entrega dos veículos e sempre que houver substituição ou renovação da frota, mediante apresentação das respectivas apólices ou documentos equivalentes, devidamente válidos e vigentes, expedidos por companhias reguladas pela SUSEP, na data de entrega dos veículos, bem como nas substituições deles.

4.4. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a cobrança de franquia, coparticipação ou qualquer ônus financeiro à CONTRATANTE, para fins de cobertura securitária dos veículos locados.

4.4.1. A CONTRATADA deverá assegurar isenção integral de franquia, aplicável aos seguintes eventos, sem limitação:

I – indenização integral por perda total;

II – incêndio;

III – explosão;

IV – eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior, incluídos acidentes da natureza;

V – danos parciais, avarias e demais ocorrências que impliquem necessidade de reparo do veículo.

4.5. A isenção de franquia deverá ser garantida independentemente da identificação ou apuração do responsável pelo dano, não sendo admitida qualquer distinção quanto à autoria, seja por motorista a serviço da CONTRATANTE, seja por terceiros estranhos à relação contratual.

4.6. Os seguros exigidos neste instrumento deverão ser contratados exclusivamente junto a seguradoras devidamente autorizadas e supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP não sendo admitidas quaisquer outras modalidades de proteção veicular que não se enquadrem no regime legal de seguros privados.

4.7. A utilização dos seguros exigidos não exime a CONTRATADA do cumprimento integral de suas obrigações contratuais, permanecendo sob sua exclusiva responsabilidade quaisquer prejuízos, danos, avarias ou indisponibilidades dos veículos, inclusive nos casos de negativa, limitação, suspensão ou mora no pagamento de indenização por parte da seguradora.

4.8. A comprovação da contratação e da vigência dos seguros constitui condição indispensável para a entrega e utilização dos veículos pela CONTRATANTE, devendo ser mantida durante toda a execução contratual, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei e neste contrato.

4.9. Responsabilidade independentemente de cobertura securitária:

4.9.1. Independentemente da existência, validade, eficácia ou abrangência da cobertura securitária pactuada, a CONTRATADA responderá, de forma objetiva e integral, nos limites da legislação civil aplicável, por quaisquer danos morais ou corporais causados a terceiros, assim definidos para fins deste contrato, inclusive as pessoas transportadas a serviço da CONTRATANTE, e demais usuários dos veículos locados, bem como por danos causados a pessoas estranhas à relação contratual, em decorrência da utilização dos veículos locados no âmbito da execução contratual.

4.9.2. A CONTRATADA obriga-se a manter a CONTRATANTE integralmente indene e a salvo de qualquer responsabilidade, ônus, condenação, acordo, indenização, despesa processual ou honorários advocatícios decorrentes de reclamações, ações judiciais ou procedimentos administrativos promovidos por terceiros, usuários, passageiros transportados a serviço da CONTRATANTE ou seus sucessores, inclusive nos casos de negativa, limitação, suspensão ou insuficiência de cobertura securitária, ou de controvérsia entre a CONTRATADA e a seguradora.

5. DOCUMENTAÇÃO, ENTREGA E RECOLHIMENTO DOS VEÍCULOS

5.1. Todos os documentos de porte obrigatório dos veículos, como CRLV, deverão estar de acordo com as especificações e as regulamentações do órgão de trânsito e entregues ao CONTRATANTE junto aos veículos.

5.2. **Até as 13(treze) horas do dia do início da execução contratual**, a CONTRATADA deverá entregar os veículos, no Centro de Apoio do CONTRATANTE, situado à Rua Flor de Trigo, nº 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Contagem – MG.

5.3. No término da locação, a CONTRATADA deverá recolher os veículos no Centro de Apoio do CONTRATANTE, situado à Rua Flor de Trigo, nº 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Contagem – MG.

5.4. Ao realizar a entrega, a CONTRATADA deverá fornecer à Seção de Transportes a relação dos veículos locados, ocasião em que será efetuada vistoria acompanhada pela Seção de Transportes.

Os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento, livres de avarias, adesivos, logotipos comerciais ou identificação visual estranha à Administração.

Ainda assim, no término da locação, o CONTRATANTE poderá devolver os veículos sujos e a limpeza deles será de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

5.5. Cada veículo deverá ser entregue acompanhado de:

- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV válido;
- apólice ou certificado de seguro vigente;
- triângulo de sinalização;
- macaco e chave de roda;
- pneu sobressalente em condições de uso;

6. MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS

6.1. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos locados serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.2. Caso o veículo locado fique impossibilitado de trafegar por pane/defeito, avaria, acidente ou qualquer outra ocorrência que comprometa sua utilização, a CONTRATADA deverá providenciar a sua substituição por outro veículo com as mesmas características técnicas e operacionais contratadas.

6.3. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 12 (doze) horas, contado a partir da comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA acerca da imobilidade do veículo, independentemente do local em que este se encontre e do horário da comunicação, considerando que os veículos poderão estar em deslocamento, em serviço, para além do entorno imediato dos Municípios de Belo Horizonte, Betim

e Contagem.

6.4 Ressalta-se que o prazo ora estabelecido refere-se exclusivamente à substituição do veículo, sendo que a comunicação, da CONTRATANTE à CONTRATADA, será considerada o termo inicial para a contagem do tempo de indisponibilidade do veículo, para todos os efeitos contratuais.

6.5. Caso haja revisão programada em algum veículo, a sua substituição deverá ser realizada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a CONTRATADA comunicar à CONTRATANTE que o veículo será substituído em virtude de manutenção agendada. Neste caso, se o veículo ficar impossibilitado de trafegar, todo o período de imobilização será considerado como tempo de indisponibilidade.

6.6. Em ambos os casos anteriores, o tempo de indisponibilidade do veículo locado será contabilizado, segundo as disposições do Instrumento de Medição de Resultados descrito no Anexo II deste instrumento.

6.7. A substituição prevista neste item constitui garantia contratual de continuidade da prestação do serviço, sendo obrigação essencial da CONTRATADA, independentemente da causa da indisponibilidade, da apuração de responsabilidade, da existência de sinistro, da atuação da seguradora ou de quaisquer procedimentos administrativos ou securitários.

6.8. Excepcionalmente, em caso de substituição de algum veículo em razão de imobilização por avaria ou revisão programada, poderão ser aceitos, mediante autorização prévia da CONTRATANTE, veículos com motorização superior a especificada no Item 1.

6.9. O conserto de pneus danificados dos veículos locados será de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA deverá providenciar o conserto num prazo máximo de 3 (três) horas após ser notificada pela CONTRATANTE sobre o dano ocorrido. Após esse prazo, o tempo de indisponibilidade do veículo começará a ser contabilizado para fins de glosa proporcional da remuneração, nos termos do regime mensal e do cálculo pró-rata previstos neste contrato.

7. INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

7.1. A CONTRATADA, na qualidade de proprietária dos veículos objeto da locação, deverá observar e cumprir integralmente a legislação de trânsito aplicável, especialmente o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, bem como cooperar com a CONTRATANTE na gestão administrativa das infrações e penalidades eventualmente aplicadas aos veículos locados.

7.2. A gestão das infrações de trânsito observará os princípios da legalidade, eficiência, segregação de funções, transparência, segurança jurídica e proteção ao erário, não sendo admitida a criação de vínculo jurídico entre a CONTRATADA e terceiros eventualmente envolvidos na condução dos veículos.

7.3. As responsabilidades de natureza administrativa e financeira atribuídas à CONTRATADA, inclusive aquelas decorrentes de multa por não indicação de condutor, perda de prazos legais, perda de descontos para pagamento antecipado, impossibilidade de defesa ou recurso administrativo, ou prejuízos ao erário, subsistirão após o término da vigência contratual, desde que o fato gerador tenha ocorrido durante a execução do contrato.

7.4. Todo o fluxo de informações, documentos, notificações e providências administrativas relacionadas a infrações de trânsito ocorrerá exclusivamente por intermédio da CONTRATANTE.

7.5. A CONTRATADA reconhece, para todos os fins, que as obrigações relativas a infrações de trânsito possuem natureza pós-contratual e subsistem independentemente do término da vigência do contrato.

8. NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

8.1. A indicação do condutor infrator junto ao órgão ou entidade autuadora constitui ato privativo da CONTRATADA, enquanto proprietária do veículo, nos termos do art. 257, §7º, do Código de Trânsito Brasileiro, não podendo tal atribuição ser delegada ou transferida a terceiros, podendo a CONTRATANTE, por intermédio da Seção de Transportes, prestar auxílio discricionariamente.

8.2. Na ocorrência de infração de trânsito a CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, por e-mail ou outra forma inequívoca, em um prazo não inferior a 20 (vinte) dias antes da data limite para identificação do condutor infrator, a notificação de autuação de trânsito para o devido preenchimento e assinatura do Formulário de Identificação do Condutor-FICI.

8.3. Não havendo o envio da notificação de autuação de infração de trânsito dentro do prazo acima estabelecido, fica a CONTRATANTE isenta de qualquer responsabilidade quanto ao pagamento da infração de penalidade de multa decorrente da não identificação do condutor infrator junto ao órgão ou entidade autuadora, recaindo sobre a CONTRATADA tal obrigação.

8.4. A multa aplicada em razão da não indicação do condutor, prevista no art. 257, §8º, do Código de Trânsito Brasileiro, não se confunde com a infração originária e decorre exclusivamente da condição de proprietário do veículo.

8.5. Caberá à CONTRATANTE devolver à CONTRATADA a notificação de autuação de trânsito com FICI- Formulário de Indicação do Condutor Infrator devidamente preenchido, datado e assinado pelo condutor responsável pela infração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

8.6. A CONTRATADA responderá integralmente pelos prejuízos causados à CONTRATANTE e a terceiros, em razão de omissão, negligência, atraso ou falha na indicação do condutor infrator junto ao órgão ou entidade autuadora, interposição de recursos, acompanhamento processual ou pagamento de multas, inclusive quando tais falhas resultarem em restrições administrativas ao veículo, perda de descontos legais, impedimentos, incidência de acréscimos ou prejuízo à execução do serviço público.

9. NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTA

9.1. A CONTRATADA não será responsável pecuniariamente pelas multas de trânsito decorrentes de infrações praticadas durante a utilização dos veículos a serviço da CONTRATANTE, sendo tal responsabilidade atribuída ao efetivo condutor, desde que a infração tenha ocorrido durante a vigência do contrato e a autoria seja devidamente identificada, ainda que a comunicação ou a tramitação administrativa ocorra posteriormente.

9.2. Caberá à CONTRATADA prestar toda a cooperação administrativa necessária à identificação do condutor infrator, inclusive quanto à tramitação e à apresentação tempestiva das autuações e notificações de trânsito, observados os prazos legais.

9.3. As notificações de penalidade de multa recebidas pelo CONTRATADA deverão ser enviadas à CONTRATANTE, via e-mail ou outra forma inequívoca, em um prazo não inferior a 15 (quinze) dias antes da data limite de vencimento com desconto para ciência e providências referentes a sua quitação pela CONTRATANTE ou pela empresa responsável pelo condutor infrator.

9.4. Poderá a CONTRATADA optar pelo pagamento imediato da multa, caso prefira.

9.5. Realizada a quitação imediata, a CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o respectivo comprovante de pagamento e documento de cobrança referente a multa quitada.

9.5.1. A solicitação do reembolso pelo pagamento antecipado da multa deverá ser emitida em documento próprio, não podendo ser incluído na fatura referente a cobrança da locação dos veículos.

9.5.2. O documento de cobrança do reembolso pela quitação antecipada da multa deverá ser enviado à CONTRATANTE, via e-mail ou outra forma inequívoca, em um prazo não inferior a 20 (vinte) de sua data de vencimento, para as providências cabíveis.

9.6. Não optando a CONTRATADA pela quitação imediata, o pagamento da multa somente será efetuado após o esgotamento da via administrativa ou nas hipóteses excepcionais previstas neste instrumento.

9.7. A observância dos prazos para quitação das multas com desconto e sem aplicação de acréscimos será de responsabilidade da CONTRATADA, ficando ao seu encargo o pagamento destes, caso seja apurada sua responsabilidade quanto à perda dos prazos estabelecidos pelo órgão ou entidade de trânsito.

9.8. As disposições destas cláusulas não implicam solidariedade entre CONTRATANTE e CONTRATADA perante terceiros, reconhecendo as partes que toda e qualquer infração de trânsito decorrente da condução dos veículos é de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, assegurado a CONTRATADA o pleno direito de ressarcimento e regresso.

9.9. O eventual pagamento de multa de trânsito pela CONTRATANTE, realizado com a finalidade exclusiva de evitar acréscimos legais, restrições administrativas ou perda de desconto por pagamento tempestivo:

I – não implica reconhecimento de culpa da CONTRATANTE ou assunção definitiva da responsabilidade pela infração;

II – não afasta o direito de regresso contra o efetivo responsável;

III – não exonera a CONTRATADA do dever de cooperação administrativa previsto neste contrato.

10. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão prestados em locais indicados pela CONTRATANTE, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, esporadicamente no colar metropolitano de Belo Horizonte.

10.2. A guarda e pernoite dos veículos poderá ocorrer em unidades privativas da CONTRATANTE, a saber:

- Centro de Apoio da CONTRATANTE, na Rua Flor de Trigo, n. 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios Eleitorais de Venda Nova, na Rua Padre Pedro Pinto, n. 4.946, 2º andar, Bairro Mantiqueira, Belo Horizonte/MG;
- Seção de Transportes da CONTRATANTE, na Avenida Prudente de Moraes, n.100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios Eleitorais de Belo Horizonte: Avenida do Contorno, nº 7.038 - Lourdes, Belo Horizonte/MG;
- Cartórios Eleitorais de Contagem: Avenida João de Deus Costa, nº 205 - "a" - 2º andar - Centro, Contagem/MG;
- Cartórios Eleitorais de Betim: Rua Santa Cruz, nº 402 - Loja 12 - Centro, Betim/MG;
- Edifício Acaiaca: Av. Afonso Pena, nº 867 - Centro, Belo Horizonte/MG;
- Edifício Mozart: Av. do Contorno, nº 7.526 - Lourdes, Belo Horizonte/MG.

10.2.1. Consideradas as repercussões logísticas, operacionais e administrativas envolvidas — notadamente aquelas relativas à apuração atuarial de riscos, definição de CEP de pernoite, lotação inicial dos motoristas, deslocamentos operacionais, controle de frequência, traçado de rotas, dentre outras variáveis correlatas —, foi autorizada a possibilidade de pernoite dos veículos destinados aos Cartórios Eleitorais de Betim e Contagem nas respectivas sedes cartorárias.

11. DA GARANTIA DO SERVIÇO

11.1. A responsabilidade da CONTRATADA é objetiva, integral e contínua, abrangendo toda a execução contratual.

11.2. A responsabilidade da CONTRATADA pela adequação, funcionamento, segurança e disponibilidade dos veículos perdura por toda a vigência da locação, cessando apenas com a devolução definitiva dos veículos ao término da execução contratual, não se aplicando prazo de garantia fixo ou contratualmente limitado.

11.3. A salvaguarda da prestação do serviço de locação compreende, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste contrato:

- I – entrega dos veículos em perfeito estado de conservação e funcionamento, inclusive quanto aos sistemas mecânicos, elétricos e de segurança (airbags, cintos de segurança, pneus, estepe, vidros, retrovisores etc.);
- II – regularidade da documentação obrigatória e disponibilização do CRLV vigente;
- III – realização de manutenção corretiva e substituição do veículo no prazo pactuado, em caso de pane ou falha mecânica;
- IV – custeio integral de manutenções, reparos, seguros obrigatórios, taxas, tributos e demais encargos incidentes sobre os veículos;
- V – disponibilização de veículo reserva, conforme condições estabelecidas neste instrumento;
- VI – observância das normas ambientais, de sustentabilidade e de segurança aplicáveis.

11.4. Todas as despesas necessárias à correção de falhas, substituição de componentes, reparos, manutenções ou substituição de veículos correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

12. SUSTENTABILIDADE

12.1. Em atendimento às diretrizes de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), no Plano de Logística Sustentável da CONTRATANTE e nas Instruções Normativas da Secretaria de Gestão e Inovação do Governo Federal - SEGES aplicáveis, a CONTRATADA deverá observar práticas compatíveis com a natureza dos serviços de locação de veículos. Assim, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

- 12.1.1. Admissão apenas da locação de veículo automotor que utilize combustível renovável, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei n. 9.660/1998;
- 12.1.2. Admissão apenas da oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n. 01/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, n. 242/1998 e n. 272/2000 e legislação superveniente e correlata;
- 12.1.3. Admissão apenas da locação de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA n. 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA n. 490, de 16/11/2018 e Resolução CONAMA 492, de 20/12/2018, complementações e alterações supervenientes;
- 12.1.4. Admissão apenas da oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A ou B do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular);
- 12.1.5. Realizar as manutenções preventivas e corretivas de acordo com as orientações dos fabricantes, a fim de manter a maior eficiência dos veículos e, por consequência, diminuir o consumo de combustível, peças e outros componentes;
- 12.1.6. Utilizar veículos, equipamentos, acessórios e produtos que tenham menor impacto ambiental sobre os recursos naturais.

ANEXO II DO CONTRATO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

1. INTRODUÇÃO

Durante a vigência do contrato, a CONTRATANTE adotará o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, em conformidade com o art. 121, § 3º, e art. 143, parágrafo único, inciso III, ambos da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes de gestão e fiscalização de contratos vigentes no âmbito da Administração Pública Federal.

2. DEFINIÇÃO

- 2.1. Este documento define a metodologia para a avaliação dos serviços prestados, descrevendo os critérios a serem empregados na gestão contratual. Os resultados de controle da qualidade dos serviços prestados indicarão os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados, em conformidade com as disposições contratuais.
- 2.2. Os valores devidos à CONTRATADA, a título de pagamento, poderão sofrer descontos em função da pontuação negativa por ela obtida por ocasião da avaliação de qualidade, sem prejuízo da aplicação de outras sanções e penalidades cabíveis.
- 2.3. A adoção desses critérios assegurará à CONTRATANTE a utilização de instrumentos para avaliação e controle efetivo da qualidade na prestação dos serviços, de forma a obter o pleno atendimento dos serviços contratados.
- 2.4. A fiscalização deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.
- 2.5. Durante a execução do objeto, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

2.6. A utilização do IMR não impede a utilização de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços.

3. ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS, PARÂMETROS E MECANISMOS DE CÁLCULO

3.1. Os serviços da CONTRATADA serão avaliados considerando-se cada segmento da atividade operacional, os quais se relacionam a parâmetros de qualidade definidos na tabela abaixo.

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE OCORRÊNCIAS
Defeitos dos veículos locados
Tempo de indisponibilidade dos veículos locados

3.2. Caso a fiscalização não encontre os resultados esperados, conforme descrito na planilha subsequente, atribuirá um ponto negativo para cada falha operacional (ocorrência) que efetivamente impactou na execução do trabalho.

3.3. Com a finalidade de atribuir objetividade aos parâmetros da fiscalização, esta será realizada em ato contínuo à prestação dos serviços objeto de verificação, evitando-se assim a intervenção de terceiros no processo fiscalizatório.

3.4. A tabela abaixo apresenta o tipos de atividades operacionais, segmentos dessas atividades, resultados esperados e avaliação, bem como tabela de cálculo de pontuação de qualidade.

4. PLANILHA DE FISCALIZAÇÃO MENSAL E SEUS INDICADORES

4.1. Planilha de Fiscalização Mensal

A tabela abaixo apresenta o tipo de atividade operacional, segmentos dessa atividade, resultados esperados e avaliação, com o cálculo de pontuação.

PLANILHA DE FISCALIZAÇÃO				
ATIVIDADE OPERACIONAL	SEGMENTO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	RESULTADO ESPERADO	QUANTITATIVO DE FISCALIZAÇÕES MENSAIS	PONTOS NEGATIVOS
DISPONIBILIZAÇÃO DO VEÍCULO LOCADO	Defeitos dos veículos locados	Veículos em perfeitas condições de uso	Diariamente	
	Tempo de indisponibilidade dos veículos locados	Veículos liberados para a locomoção	Diariamente	

TOTAL DE PONTOS NEGATIVOS	
---------------------------	--

4.2. **Indicador 1:** Defeitos dos veículos locados:

- Estes defeitos referem-se àqueles que não impossibilitam a locomoção dos veículos locados, entretanto comprometem a qualidade de uso deles em virtude da diminuição do conforto e da praticidade, como, por exemplo, defeitos no levantamento de vidros;
- Os defeitos não serão pontuados quando forem causados pelo motorista, pelo passageiro ou por outro agente;
- Cada defeito contará um ponto negativo;
- Resultado esperado: veículos em perfeitas condições de uso.

4.3. **Indicador 2:** tempo de indisponibilidade dos veículos locados:

- Esse tempo será contabilizado a partir da impossibilidade de locomoção do veículo em virtude de falhas oriundas das partes que o compõem. Nesse caso, a contabilização do tempo de indisponibilidade inicia-se após a CONTRATANTE comunicar à CONTRATADA o fato ocorrido;
- O tempo de indisponibilidade não será pontuado quando for causado pelo motorista, pelo passageiro ou por outro agente;
- Cada hora de indisponibilidade contará um ponto negativo;
- O resultado esperado: veículos liberados para locomoção.

5. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA deverá ser ajustado aplicando-se a pontuação aferida em todos os veículos locados no mês de referência, conforme tabela apresentada abaixo:

FAIXAS DE PONTUAÇÃO DE QUALIDADE DE SERVIÇO	PAGAMENTO DEVIDO	FATOR DE AJUSTE DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
Até 5 pontos negativos	100% do valor previsto	1,00
De 6 a 10 pontos negativos	99% do valor previsto	0,99
De 11 a 15 pontos negativos	98% do valor previsto	0,98
De 16 a 20 pontos negativos	97% do valor previsto	0,97
De 21 a 25 pontos negativos	96% do valor previsto	0,96
De 26 a 30 pontos negativos	95% do valor previsto	0,95
Acima de 30 pontos negativos	94% do valor previsto	0,94
Valor mensal devido = [(Valor mensal do contrato) x (Fator de ajuste do IMR)]		

